



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL E INTERESSE PÚBLICO

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2021

Ref.: Circular SECEX 38/2021. Consulta Pública. Portaria CVD.

CHINA CHAMBER OF INTERNATIONAL COMMERCE (CCOIC), doravante denominada “CCOIC”, organização regularmente constituída de acordo com as Leis da República Popular da China, com sede em Huapichang Hutong, n. 2, CCOIC Building, Xicheng District, Beijing, China, vem, por seu advogado abaixo assinado (Anexo 1), apresentar seus comentários e sugestões referentes a Minuta de Portaria que dispõe sobre as informações necessárias para a elaboração de petições relativas a investigações originais, revisões e outros procedimentos previstos no Decreto 1.751/1995.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| I – APRESENTAÇÃO | 4 |
| II – DOS COMENTÁRIOS ACERCA DA PORTARIA | 5 |
| II.1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES | 5 |
| II.2 – COMENTÁRIOS ESPECÍFICOS..... | 6 |
| II.2.1. CAPÍTULO II. DAS PETIÇÕES DE INVESTIGAÇÃO ORIGINAL | 6 |
| II.2.1.1. Dos Índícios Suficientes da Existências de Subsídios | 6 |
| Artigo 47 | 6 |
| II.2.2. CAPÍTULO III. DA APURAÇÃO DE MONTANTE DE SUBSÍDIO E DE DIREITO COMPENSATÓRIO | 8 |
| II.2.2.1 Da Identificação de Programas de Subsídios no Curso da Investigação..... | 8 |
| Artigo 125 | 8 |
| Artigo 223 | 10 |
| II.2.2.2 Benefício e Preços de Referência (Benchmark) | 12 |
| Artigos 134, 135 e 163 | 12 |
| Artigo 207 | 15 |
| II.2.2.3 Das Empresas Não Consideradas como Dignas de Crédito | 16 |
| Artigos 151 e 163 | 16 |
| II.2.2.4 Empresas não consideradas como dignas de Capitalização..... | 18 |
| Artigo 182, §4º | 18 |
| II.2.2.5 Infraestrutura Geral | 20 |
| Artigo 210 | 20 |
| II.2.2.6 Subsídios a Montante | 20 |
| Artigos 218 a 221 | 20 |
| II.2.3 – CAPÍTULO IV. DAS PETIÇÕES DE REVISÃO DO DIREITO POR ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS | 23 |
| II.2.3.1. – Partes Interessadas..... | 23 |
| Artigo 233 | 23 |
| Artigo 244 | 24 |
| II.2.3.2 Representação do Governo do País Exportador | 25 |
| Artigo 237 | 25 |
| II.2.3.3 Extinção do Direito Compensatório | 26 |
| Artigo 245 | 26 |

| | |
|--|----|
| Artigo 246 | 27 |
| Artigo 247 | 30 |
| II.2.3.4. Alteração do Direito Compensatório..... | 32 |
| Artigo 248 | 32 |
| II.2.3.5 Probabilidade de Retomada de Concessão de Benefícios | 33 |
| Artigo 252 | 33 |
| Artigo 281 | 34 |
| Artigo 282 | 35 |
| II.2.4 CAPÍTULO V. DAS PETIÇÕES DE REVISÃO DE FINAL DE PERÍODO | 36 |
| II.2.4.1. Recálculo da Margem na Revisão de Final de Período | 36 |
| Artigos 254 e 260 | 36 |
| II.2.4.2. Da Contribuição Financeira e do Benefício | 40 |
| Artigo 283 | 40 |
| Artigo 288 | 42 |
| II.2.5 CAPÍTULO VI. DAS PETIÇÕES DE REVISÃO ACELERADA | 43 |
| II.2.5.1 Revisão Acelerada. Compromisso do Governo | 43 |
| Artigo 335 | 43 |
| III - CONCLUSÃO | 46 |

I – APRESENTAÇÃO

A China Chamber of International Commerce (CCOIC) foi fundada em 1998, no intuito de promover o comércio e a cooperação entre a China e os demais países.

Dentre os objetivos da CCOIC, está a representação dos interesses das empresas chinesas e a observância das aspirações das organizações internacionais e departamentos governamentais estrangeiros envolvidos no desenvolvimento e promoção de regras do comércio internacional.

Com mais de 246.000 membros, a CCOIC é uma Câmara de representação nacional para o fomento do comércio internacional e o cumprimento das regras multilaterais.

Para tanto, dentre suas atividades, a CCOIC participa em casos de Defesa Comercial a fim de salvaguardar o comércio exterior e o interesse dos Produtores e Exportadores Chineses.

Nesse sentido, cumpre esclarecer que a CCOIC já representou o interesse de seus associados em casos de Defesa Comercial em diversos países, inclusive no Brasil, em casos referentes às importações brasileiras de Calçados¹ e Cilindros Laminadores².

Ademais, a CCOIC participou também de consultas públicas sobre as normas de defesa comercial, sendo citada, no Brasil, a participação na Consulta Pública relativa ao “Guia de Investigações Antidumping” elaborado por esta SDCOM.

A CCOIC pretende continuar cooperando com esta R. Autoridade no que lhe couber, especialmente no que se refere à participação ativa e colaborativa em futuros casos de Defesa Comercial.

¹ Resolução CAMEX nº 20/2016.

² Circular SECEX nº 38/2019.

Nessa oportunidade, a CCOIC apresenta seus comentários e considerações quanto à PORTARIA SECEX DE INVESTIGAÇÕES DE SUBSÍDIOS E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS, no intuito de colaborar com a Autoridade Brasileira e promover novos esclarecimentos a respeito de temas envolvendo os interesses Chineses nas investigações de subsídios e medidas compensatórias no Brasil.

II – DOS COMENTÁRIOS ACERCA DA PORTARIA

II.1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Inicialmente, no que se refere ao idioma, a CCOIC aproveita a oportunidade para sugerir a elaboração de versão oficial em línguas estrangeiras, ou, ao menos, em inglês, a fim de facilitar a compreensão de partes estrangeiras.

Importante apresentar, também, que tendo em vista tratar-se de Portaria com informações detalhadas sobre a forma de aplicação do Decreto 1.751/95, alguns dos comentários tem como base de análise o próprio Decreto, doravante denominado Regulamento Brasileiro, e a norma multilateral, notadamente o Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (ASCM).

Ademais, no intuito de colaborar com esta R. Autoridade e facilitar a cooperação governamental e dos Produtores/Exportadores Chineses, a CCOIC apresenta seus comentários específicos acerca da norma, dividindo-os de acordo com os temas e artigos específicos da Portaria, conforme abaixo:

II.2 – COMENTÁRIOS ESPECÍFICOS

II.2.1. CAPÍTULO II. DAS PETIÇÕES DE INVESTIGAÇÃO ORIGINAL

II.2.1.1. Dos Índícios Suficientes da Existências de Subsídios

Artigo 47

Art. 47. A petição deverá conter indícios da existência de subsídios e, se possível, de seu montante.

§1º. Para fornecimento das informações solicitadas nesta Seção deverá ser utilizada, de forma complementar, a tabela constante no Apêndice III desta Portaria.

§2º. Caso não seja possível fornecer algumas das informações previstas nesta Seção, o peticionário deverá justificar nos termos do art. 15 desta Portaria.

Comentários:

O Artigo 47 determina que a Petição deverá conter indícios de existência de subsídios. Sugere-se, todavia, a inclusão do termo “Suficientes”, como qualificador de tais indícios.

A inclusão se faz necessária para destacar que nem todo indício terá o condão de autorizar o início da investigação.

O termo “suficientes” consta Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (ASMC) que, na primeira parte do item 11.2 assim dispõe:

11.2 2. Uma petição nos termos do parágrafo 1 incluirá provas suficientes da existência de: (a) subsídio e, se possível, seu valor; (b) dano no sentido do Artigo VI do GATT 1994, tal como interpretado por este Acordo; e (c) nexos causal entre as importações subsidiadas e os danos alegados.³

³ No original: *An application under paragraph 1 shall include sufficient evidence of the existence of (a) a subsidy and, if possible, its amount, (b) injury within the meaning of Article VI of GATT 1994 as interpreted by this Agreement, and (c) a causal link between the subsidized imports and the alleged injury.*

Ainda sobre o assunto, o Decreto 1.751/1995 (Regulamento Brasileiro de Compensatórias) dispõe, no parágrafo primeiro de seu artigo 25, que:

Art. 25. Com exceção do disposto no art. 33, a investigação, para determinar a existência, o grau e o efeito de qualquer subsídio alegado, será solicitada pela indústria doméstica ou em seu nome por meio de petição, formulada por escrito, de acordo com roteiro elaborado pela SECEX.

§ 1º A petição deverá incluir elementos de prova de existência de subsídio, e, se possível, seu montante, de dano e de nexo causal entre as importações do produto subsidiado e o dano alegado e os seguintes dados:

Assim, ao comparar a normativa multilateral com o Regulamento Brasileiro, verifica-se sinergia entre a qualidade da prova necessária à abertura da investigação.

Isso porque, enquanto o ASCM dispõe ser necessária a apresentação de “sufficient evidence”⁴, o Regulamento Brasileiro traz a necessidade de serem apresentados “elementos de prova”.

A Portaria sob Consulta Pública, por sua vez, trata a informação necessária apenas como “indício”, o que além de reduzir a profundidade da informação (Indícios x Provas) também retira a qualificadora (suficiente).

Nesse sentido, sugere-se o ajuste no termo para constar que a petição de abertura de investigação deve ser fundamentada em indícios suficientes ou evidências/provas suficientes.

⁴ Provas Suficientes

Abaixo, sugestão para a nova redação do artigo:

Art. 47. A petição deverá conter EVIDÊNCIAS SUFICIENTES da existência de subsídios e, se possível, de seu montante.

§ 1º. Para fornecimento das informações solicitadas nesta Seção deverá ser utilizada, de forma complementar, a tabela constante no Apêndice III desta Portaria.

§ 2º. Caso não seja possível fornecer algumas das informações previstas nesta Seção, o peticionário deverá justificar nos termos do art. 15 desta Portaria.

II.2.2. CAPÍTULO III. DA APURAÇÃO DE MONTANTE DE SUBSÍDIO E DE DIREITO COMPENSATÓRIO

II.2.2.1 Da Identificação de Programas de Subsídios no Curso da Investigação

Artigo 125

Art. 125. Para os fins de investigações de subsídios conduzidas pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, considera-se que existe subsídio acionável e, portanto, sujeito a medidas compensatórias, se tal subsídio for específico.

Parágrafo único. A investigação levará em consideração:

- I - os programas de subsídio identificados na petição de início da investigação para os quais tenham sido apresentados indícios suficientes de que se tratam de subsídio acionável;
- II - os programas de subsídio identificados pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, quando, em circunstâncias excepcionais, a Secretaria de Comércio Exterior iniciar investigação de ofício; ou
- III - os programas de subsídio identificados no curso da investigação, mediante respostas aos questionários encaminhados às partes interessadas ou com base em outras fontes de informações constantes nos autos do processo.

Comentários:

O artigo 125 da Minuta da Portaria dispõe sobre os subsídios identificados no curso da investigação.

Sobre o assunto, a norma estabelece que os programas identificados mediante respostas aos questionários encaminhados às partes interessadas ou com base em outras fontes de informações constantes nos autos do processo poderão ser considerados para fins de investigação.

Nesse momento, sugere-se a retirada no termo específico “resposta ao questionário”, passando o inciso III a ser redigido da seguinte forma:

III - os programas de subsídio identificados no curso da investigação com base nas informações constantes nos autos do processo.

Isso porque, apesar de viável a identificação de eventuais novos programas mediante a resposta ao questionário enviado ao Governo do país exportador e às empresas produtoras e exportadoras, fato é que tal questionário deve ser inicialmente limitado aos programas incluídos no escopo da investigação, ou seja, aqueles para os quais a Peticionária tiver apresentado indícios suficientes de sua existência.

O Questionário deve, portanto, evitar buscar elementos de programas que não foram devidamente abordados, impedindo a ocorrência de *fishing expeditions*⁵, mesmo considerando não ser impossível que a resposta ao questionário acabe por identificar eventual programa inicialmente não incluído no escopo da investigação.

⁵ Trata-se a *fishing expedition* de uma investigação abrangente ou indiscriminada; não limitada ao objetivo declarado ou sem objetivo certo; que “lança” a rede na esperança de “pescar” qualquer prova, para subsidiar uma futura acusação

Artigo 223

Art. 223. Nos termos do inciso III do art. 125, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá investigar programas de subsídios além daqueles indicados na petição, incluindo aqueles identificados no curso da investigação, desde que disponha de indícios suficientes da existência do programa de subsídio.

§1º. Os questionários de produtor/exportador e de governo estrangeiro solicitarão informações sobre todo e qualquer programa de subsídio que tenha beneficiado as empresas investigadas durante período de investigação.

§2º. A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá solicitar informações e esclarecimentos sobre novos programas de subsídios investigados não informados nas respostas aos questionários, mas cujas evidências demonstrem que beneficiaram empresa investigada durante o período de investigação.

§3º. Caso os programas de subsídio identificados no curso da investigação não estejam cobertos pela circular que deu início à investigação, a Secretaria de Comércio Exterior publicará emenda à referida circular no Diário Oficial da União, e será concedido prazo adicional para comentário das partes interessadas.

§4º. Na hipótese do §3º deste artigo, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público deverá oferecer nova oportunidade de consultas ao governo do país investigado, com o objetivo de esclarecer eventuais dúvidas acerca de informações e elementos de prova sobre cada programa de subsídio identificado no curso da investigação.

§5º. Caso os programas subsídios que não foram incluídos na resposta ao questionário sejam identificados durante a verificação in loco, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público notificará as partes interessadas para garantir o direito à ampla defesa e ao contraditório, e poderá utilizar a melhor informação disponível, nos termos do art. 37, §3º c/c art. 79 do Decreto no 1.751, de 1995.

Comentários:

DO ENVIO DO QUESTIONÁRIO (PARÁGRAFO 1)

Assim como apresentado acima⁶, a solicitação de informações através do questionário deverá, inicialmente, estar restrita aos programas de subsídios para os quais tenha sido apresentados indícios suficientes de sua existência.

A SDCOM não deverá utilizar os Questionários para obter informações não relacionadas aos programas identificados no documento de Abertura da Investigação.

Eventuais solicitações de informações adicionais sobre programas não incluídos inicialmente no escopo da investigação deverão ocorrer apenas depois de terem sido apresentados indícios suficientes de sua existência, a fim de evitar a ocorrência de *fishing expedition*.

DA APLICAÇÃO DA MELHOR INFORMAÇÃO DISPONÍVEL (PARÁGRAFO 5)

O Artigo 223 (parágrafo 5) da Minuta da Portaria dispõe que caso programas não incluídos na resposta ao questionário sejam identificados durante a verificação *in loco*, a SDCOM notificará as partes interessadas e poderá utilizar a melhor informação disponível.

Sobre o assunto, não parece razoável que o tratamento concedido às partes interessadas varie conforme o momento em que a Autoridade identifica eventuais novos programas não incluídos no escopo da investigação.

Uma vez que a investigação é iniciada quanto à programas específicos, solicitar informações gerais sobre eventuais outros programas, não é razoável sendo considerado como uma *Fishing Expedition*.

⁶ No comentário ao artigo 125 § único.

Nesse sentido, não há razão para a utilização da Melhor Informação Disponível já que os dados eventualmente identificados não estariam sequer no escopo de solicitação inicial.

Não se trata, portanto, de ausência de cooperação da parte interessada, mas de mera não apresentação de informação não solicitada ou que, ao menos, não deveria ter sido objetivamente solicitada, já que fora do escopo da investigação.

Assim, sugere-se a exclusão do referido parágrafo. Caso sejam identificados novos programas, a qualquer tempo, a Autoridade poderá seguir o procedimento apresentado no § 3º desde mesmo artigo 223.

II.2.2.2 Benefício e Preços de Referência (Benchmark)

Artigos 134, 135 e 163

Art. 134. Para apurar a existência do benefício, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público examinará se a contribuição financeira representou uma vantagem ao destinatário, de modo que o destinatário obtenha situação ou condição melhor do que de outra forma teria sem a contribuição financeira ou se tivesse que recorrer ao mercado para obtê-la.

§1º. O benefício será determinado em relação ao produtor/exportador do produto subsidiado exportado para a Brasil.

§2º. Caso o subsídio beneficie indiretamente o produtor/exportador investigado, o destinatário da contribuição financeira poderá ser um terceiro relacionado ou associado ao produtor/exportador investigado, ou um terceiro não relacionado ou associado ao produtor/exportador investigado.

§3º. Caso aplicável, a apuração do benefício levará em consideração referências de mercado adequadas, denominadas **benchmark**, termo entendido como parâmetro ou conjunto de parâmetros que servem para indicar se a contribuição financeira conferiu um benefício ou vantagem à empresa que a recebeu direta ou indiretamente.

§4º. Na hipótese de receitas públicas devidas perdoadas ou não recolhidas, caso necessária a identificação de **benchmark** para tributos diretos, será levado em consideração, para definição do **benchmark**, o tratamento

tributário concedido a contribuintes em situação comparável, de acordo com os princípios internos do regime tributário do país investigado, de modo a identificar se o tratamento conferido à empresa investigada se configura como uma exceção às regras gerais de tributação.

§5º. A comparação entre a contribuição financeira e o **benchmark** deverá demonstrar se o destinatário obteve uma vantagem.

Art. 135. O **benchmark** para comparação levará em consideração operações no mercado no qual o produtor ou exportador investigado poderia obter operações comparáveis à contribuição financeira objeto de análise.

§1º. O mercado mencionado no **caput** será considerado independentemente do seu grau de desenvolvimento, do número de participantes e de sua origem.

§2º. Para identificar o **benchmark** adequado, quando aplicável, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público analisará a prática habitual de mercado para determinação do benefício no momento da decisão sobre a operação analisada, com base em expectativas de custos e retornos **ex ante**.

§3º. Na ausência de **benchmark** adequado no país exportador, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá recorrer a **benchmark** externo (**e.g.**, empréstimos em moedas estrangeiras), desde que se trate de **benchmark** razoável que permita uma comparação adequada.

§4º. A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá rejeitar preços privados domésticos no país exportador como **benchmark** para comparação caso tais preços sejam distorcidos em função da participação predominante do Governo como fornecedor no mercado.

§5º. Na ausência de cooperação por parte de produtores/exportadores e do Governo do país exportador investigado, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público utilizará os fatos disponíveis no processo para fins de definição de **benchmark** para apuração do montante de subsídio acionável.

§6º. Caso utilize como referência **benchmarks** externos (**e.g.**, empréstimos em moedas estrangeiras), **benchmarks** ajustados ou **proxies** para fins de cálculo do montante de subsídio acionável, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público buscará realizar comparações adequadas, podendo efetuar os ajustes que julgar necessários.

Art. 163. Para fins da comparação prevista no artigo anterior, normalmente a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público utilizará como **benchmark**, na seguinte ordem:

I - a taxa de juros comercial anual efetiva que a empresa investigada pagou ao obter empréstimos comerciais comparáveis junto a instituições financeiras;

II - a taxa de juros que empresas em uma situação financeira similar à da empresa investigada no mesmo setor da economia pagaram em empréstimos comerciais comparáveis;

III - a taxa de juros que empresas em situação financeira similar àquela da empresa investigada em qualquer setor da economia pagaram em empréstimos comerciais comparáveis; e

IV - a taxa que a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público considere mais apropriada de acordo com as circunstâncias do caso concreto em consideração.

§1º. No caso de empresas consideradas como sem capacidade creditícia (empresas **uncreditworthy**), a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público avaliará em cada caso a taxa de juros de **benchmark**, nos termos do inciso IV.

§2º. A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá, em circunstâncias apropriadas, restringir a análise referida no parágrafo anterior em um projeto específico, e não na empresa como um todo.

§3º. Para os fins deste artigo, serão considerados fatores que possam afetar a comparabilidade, como a semelhança entre os produtos e as quantidades vendidas, importadas ou leiloadas, além de custos logísticos e encargos de importação

Comentários:

A Minuta da normativa informa que a determinação do benefício, caso aplicável, levará em consideração referências de mercado adequadas (*Benchmark*).

Tendo em vista tratar a regulamentação das petições para as investigações e procedimentos previstos no Regulamento Brasileiro⁷, sugere-se que da Portaria indique de maneira clara que o ônus de coletar e apresentar provas sobre eventuais distorções no mercado do país exportador e os preços de referência adequados para o *benchmark* é da Indústria Peticionária.

Todavia, uma vez iniciada a investigação, deve ser oferecida oportunidade para que as partes interessadas apresentem os preços de referência e as provas auxiliares que entendam necessários a contrapor os dados utilizados na abertura.

Ademais, sugere-se que, a cada investigação, a SDCOM estabeleça, de maneira clara, um cronograma com prazos razoáveis e específicos para que as demais partes interessadas apresentem provas e evidências relacionadas ao *benchmark*.

É importante, também, que, uma vez determinado o *benchmark*, seja para fins de abertura, determinação preliminar ou final, a Autoridade detalhe os fatos e fundamentos que fundamentaram sua decisão.

Artigo 207

Art. 207. Para determinar a remuneração adequada, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público normalmente avaliará o preço de mercado do produto ou serviço obtido a partir de transações efetivas no país exportador, as quais poderão incluir:

- I - transações entre agentes privados;
- II - importações; e
- III - em determinadas circunstâncias, vendas em leilões governamentais realizados de forma competitiva.

§1º. Na hipótese de não haver preços efetivos de mercado no país exportador, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá utilizar referências de preço internacionais, desde que haja evidências razoáveis para

⁷ Decreto 1.751/1995

se concluir que estaria disponível para adquirentes localizados no país exportador.

§2º. Quando estiver disponível mais de uma referência de preço internacional, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá utilizar a média desses preços, levando em consideração fatores que afetem a comparabilidade de preços.

§3º. Para os fins deste artigo, serão considerados fatores que possam afetar a comparabilidade, como a semelhança entre os produtos e as quantidades vendidas, importadas ou leiloadas, além de custos logísticos e encargos de importação

Especificamente no que se refere ao Artigo 207 (parágrafo 2), existe a determinação de – quando adotado o *benchmark* com base em preços de mercado internacional e havendo diversos preços – a SDCOM adotará o *benchmark* determinado a partir da média dos preços.

Sugere-se, todavia, que seja dada preferência não à média, mas à adoção do método mais apropriado para cada caso.

II.2.2.3 Das Empresas Não Consideradas como Dignas de Crédito

Artigos 151 e 163

Art. 151. Em regra, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público selecionará taxa de juros adequada com base nos dados do ano em que a autoridade outorgante, a entidade privada ou o mecanismo de financiamento instruído ou confiado pelo governo, concedeu o subsídio, e utilizará, em ordem de preferência, as seguintes informações:

I - o custo efetivo total dos empréstimos de longo prazo a taxas de juros fixas da empresa investigada, excluindo empréstimos considerados como subsídios acionáveis pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público;

II - o custo efetivo médio dos empréstimos de longo prazo a taxas de juros fixas no país exportador em questão; ou

III - uma taxa de juros que a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público julgar mais adequada de acordo com as circunstâncias do caso concreto em consideração.

Parágrafo único. No caso de empresas não consideradas como dignas de crédito (uncreditworthy companies), a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público avaliará em cada caso a taxa de juros de benchmark, nos termos do inciso III.

Art. 163. Para fins da comparação prevista no artigo anterior, normalmente a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público utilizará como benchmark, na seguinte ordem:

I - a taxa de juros comercial anual efetiva que a empresa investigada pagou ao obter empréstimos comerciais comparáveis junto a instituições financeiras;

II - a taxa de juros que empresas em uma situação financeira similar à da empresa investigada no mesmo setor da economia pagaram em empréstimos comerciais comparáveis;

III - a taxa de juros que empresas em situação financeira similar àquela da empresa investigada em qualquer setor da economia pagaram em empréstimos comerciais comparáveis; e

IV - a taxa que a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público considere mais apropriada de acordo com as circunstâncias do caso concreto em consideração.

§1º. No caso de empresas consideradas como sem capacidade creditícia (empresas uncreditworthy), a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público avaliará em cada caso a taxa de juros de benchmark, nos termos do inciso IV.

§2º. A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá, em circunstâncias apropriadas, restringir a análise referida no parágrafo anterior em um projeto específico, e não na empresa como um todo.

Comentários:

Os artigos 151 (parágrafo único) e 163 (parágrafo primeiro) apresentam considerações específicas para empresas não consideradas como dignas de crédito (*uncreditworthy*).

Todavia, não há qualquer menção quanto aos elementos que serão considerados para determinar se uma empresa é ou não digna de crédito.

Sugere-se, portanto, que sejam estabelecidos critérios, ainda que em lista não exaustiva, para determinar quando uma empresa será considerada como não sendo digna de crédito.

II.2.2.4 Empresas não consideradas como dignas de Capitalização

Artigo 182, §4º

Art. 182. Se o preço pago por investidores privados não estiver disponível, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público determinará se a empresa tinha ou não capacidade de capitalização (era equityworthy ou unequityworthy) no momento em que recebeu o aporte de capital pelo governo.

§1º. Na análise do caput deste artigo a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público levará em consideração se, a partir da perspectiva de um investidor privado que examina a empresa no momento do aporte de capital pelo governo, a empresa demonstraria capacidade de gerar uma taxa de retorno razoável dentro de um período de tempo razoável, nos termos do § 2º do art. 135.

§2º. Se determinar que a empresa tinha capacidade de capitalização (era equityworthy), a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público examinará caso a caso os termos e a natureza das ações adquiridas para determinar se o investimento foi inconsistente com a prática de investimento usual de investidores privados.

§3º. A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá, em circunstâncias apropriadas, realizar a análise referida no caput do art. 182 em um projeto específico, e não na empresa como um todo.

§4º. Se a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público determinar que a empresa não tinha capacidade de capitalização (era *unequityworthy*) o benefício para a empresa corresponderá ao valor total do aporte de capital.

Comentários:

DOS CRITÉRIOS PARA DETERMINAR EMPRESAS NÃO DIGNAS DE CAPITALIZAÇÃO

O artigo 182 (parágrafo quarto) apresenta considerações específicas para empresas não consideradas como dignas de capitalização (*unequityworthy*).

Todavia, não há qualquer menção quanto aos elementos que serão considerados para determinar se uma empresa é ou não digna de capitalização.

Sugere-se, portanto, que sejam estabelecidos critérios, ainda que em lista não exaustiva, para determinar quando uma empresa será considerada como não sendo digna de capitalização.

DA PRESUNÇÃO SOBRE O VALOR DO BENEFÍCIO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APORTE

Além disso, a normativa sugere que, sendo a empresa considerada como não digna de capitalização, o valor do aporte de capital será considerado integralmente como benefício a ser compensado.

Sobre o assunto, considerar todo o aporte de capital como benefício não parece razoável.

Nesse sentido, sugere-se que mesmo a empresa não sendo considerada como digna de capitalização – através de critérios objetivos – seja possibilitada uma

determinação parcial sobre o benefício, dada a complexidade da análise e aos elementos específicos e intrínsecos de cada caso.

Sugere-se, portanto, a exclusão do referido parágrafo 4.

II.2.2.5 Infraestrutura Geral

Artigo 210

Art. 210. A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, em regra, considerará que não houve contribuição financeira no caso de fornecimento de infraestrutura geral pelo governo.

§1º. O termo “infraestrutura geral” será determinado de acordo com as circunstâncias do caso concreto em consideração, e consistirá em infraestrutura que é criada para o bem-estar social, em sentido amplo, de um país, região, estado ou municipalidade.

§2º. Na determinação se determinada infraestrutura se classifica como infraestrutura geral, será levado em consideração se o usufruto da infraestrutura está restrito a uma empresa ou a um grupo limitado de empresas ou se os beneficiários da infraestrutura são amplos e difusos.

Comentários:

Tendo em vista tratar-se o termo “infraestrutura geral” de norma aberta, sugere-se que SDCOM incorpore na norma uma lista não exaustiva com exemplos de bens e serviços considerados como de infraestrutura geral.

II.2.2.6 Subsídios a Montante

Artigos 218 a 221

Artigo 218

§1º. O termo insumos refere-se a qualquer produto utilizado na produção do produto investigado, incluindo, por exemplo, insumos fisicamente incorporados, energia, combustíveis ou óleos utilizados e catalisadores consumidos.

§2º. Somente serão investigados subsídios a montante que tenham efeito significativo no custo de fabricação ou de produção do produto subsidiado investigado.

§3º. Considerar-se-á que um subsídio a montante tem efeitos significativos quando o valor ad valorem do subsídio ao insumo multiplicado pelo percentual do custo deste insumo relativamente aos custos totais de produção do produto investigado corresponder a percentual de no mínimo 1%.

§4. Para os fins do caput deste artigo a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público normalmente não considerará que subsídios à exportação dos insumos conferiram vantagem comercial ao produto subsidiado investigado, com exceção das hipóteses dos incisos I a III do art. 222.

Art. 219. Em regra, quando a empresa produtora do insumo subsidiado e a empresa investigada não forem empresas relacionadas, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público deverá determinar se o benefício do subsídio a montante foi transferido, no todo ou em parte, para a empresa investigada, por meio da avaliação do preço de venda do insumo da empresa fornecedora para a empresa investigada.

Parágrafo único. Quando o preço de venda do insumo subsidiado refletir, no todo ou em parte, o benefício decorrente do subsídio a montante, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público concluirá normalmente que houve transferência do benefício para a empresa investigada adquirente do insumo.

Art. 220. Na análise do art. 219 a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público utilizará como **benchmarks** os seguintes preços, em ordem de preferência:

I - o preço real pago pela empresa investigada, ou o preço a ela oferecido, por um insumo não subsidiado doméstico ou importado;

II - o preço médio de um insumo não subsidiado doméstico ou importado, obtido a partir de informações públicas;

III - o preço real pago pela empresa investigada, ou o preço a ela oferecido, por um insumo subsidiado doméstico ou importado, ajustado para excluir o subsídio a montante;

IV - o preço médio de um insumo subsidiado doméstico ou importado, obtido a partir de informações públicas, ajustado para excluir o subsídio a montante; ou

V - o preço de um insumo subsidiado não ajustado ou qualquer outro preço substituto considerado apropriado.

§1º. Os preços descritos nos incisos de I a V acima deverão ser relativos a período razoavelmente próximo ao da aquisição do insumo pela empresa investigada e deverão incluir custos relativos a transporte, seguro ou quaisquer outros relacionados à condição **delivered**.

§2º. Ao realizar a comparação referida no **caput** a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público levará em consideração diferenças que possam afetar a justa comparação de preços e, sempre que aplicável, realizará ajustes necessários ao **benchmark** relativos às datas de determinação dos preços, às características físicas dos insumos selecionados para comparação de preços, às condições de entrega, e aos tributos incidentes, além de outros.

Art. 221. Quando a empresa produtora do insumo subsidiado e a empresa investigada forem empresas relacionadas ou associadas, nos termos do art. 126, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público normalmente considerará que o subsídio à montante foi transferido para a empresa investigada relacionada.

§1º. A presunção de transferência do subsídio a montante prevista no **caput** também se aplica quando o insumo subsidiado for produzido pela mesma empresa investigada.

§2º. O não fornecimento por parte da empresa investigada das informações relativas aos subsídios recebidos a montante pela empresa relacionada ou associada ensejará a utilização da melhor informação disponível nos termos do art. 37, § 3º c/c art. 79 do Decreto no 1.751, de 1995.

Comentários:

Os artigos 218 a 221 dispõem sobre a possibilidade de a SDCOM determinar subsídios concedidos a montante.

Da análise do Minuta apresentada, parece que, ao avaliar a existência de subsídios a montante, a SDCOM pretende concluir pela existência de subsídios sobre os insumos de maneira geral e não sobre as empresas especificamente.

Nas investigações conduzidas pelos EUA e pela União Europeia, caso qualquer afiliado forneça matéria-prima ao produtor/exportador investigado, tal afiliado também é obrigado a responder o questionário.

Nesses casos, a investigação é dirigida a toda a empresa (incluindo a afiliada envolvida na produção e fornecimento de matéria-prima a montante), inexistindo presunção de benefício apenas por utilizar a matéria-prima propriamente dita.

De maneira geral, entende-se que um setor só pode ser considerado como subsidiado depois de uma investigação efetiva contra o produto determinado, sendo impraticável determinar todo um setor a montante como subsidiado a partir de uma investigação sobre produto diverso.

Nesse sentido, sugere-se que a SDCOM esclareça se pretende realmente concluir pela existência de subsídios sobre insumos de maneira geral, bem como apresente às diferenças existentes na determinação e no método de cálculo entre os subsídios a montante e o fornecimento de bens ou serviços por preços abaixo do adequado (*Less Than Adequate Remuneration*).

II.2.3 – CAPÍTULO IV. DAS PETIÇÕES DE REVISÃO DO DIREITO POR ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS

II.2.3.1. – Partes Interessadas

Artigo 233

Art. 233. Qualquer parte interessada na investigação original ou na última revisão de direito compensatório em que tenha sido investigada a existência de subsídio, dano e do nexo de causalidade entre ambos poderá protocolar

petição de revisão do direito por alteração de circunstâncias, inclusive o governo do país exportador.

Comentários:

Sugere-se que o pleito de revisão do direito por alteração de circunstâncias seja facultado para as partes interessadas na investigação original ou qualquer das revisões de direito compensatório.

Assim, sugere-se a seguinte redação para o artigo:

Art. 233. Qualquer parte interessada na investigação original ou DE QUAISQUER DAS REVISÕES de direito compensatório em que tenha sido investigada a existência de subsídio, dano e do nexo de causalidade entre ambos poderá protocolar petição de revisão do direito por alteração de circunstâncias, inclusive o Governo do país exportador.

Artigo 244

Art. 244. A Subsecretaria de Defesa Comercial poderá encaminhar questionários a qualquer parte interessada da investigação original ou da última revisão de direito compensatório em que tenha sido investigada a existência de subsídio, de dano e de nexo de causalidade entre ambos a fim de investigar a existência de alteração das circunstâncias.

Parágrafo único. Conforme indicado no art. 4o, a Subsecretaria de Defesa Comercial poderá conduzir verificação in loco para examinar os registros e comprovar a validade das informações submetidas pelas empresas que responderam aos questionários.

Comentários:

Sugere-se que os questionários possam ser encaminhados para as partes interessadas na investigação original ou qualquer das revisões de direito compensatório.

Assim, sugere-se a seguinte redação para o artigo:

Art. 244. A Subsecretaria de Defesa Comercial poderá encaminhar questionários a qualquer parte interessada da investigação original ou DE QUAISQUER DAS REVISÕES de direito compensatório em que tenha sido investigada a existência de subsídio, de dano e de nexo de causalidade entre ambos a fim de investigar a existência de alteração das circunstâncias.

II.2.3.2 Representação do Governo do País Exportador

Artigo 237

Art. 237. A petição de revisão do direito por alteração das circunstâncias deverá conter:

I - informações referentes à razão social, endereço completo, telefone e endereço eletrônico da parte interessada peticionária da revisão por alteração das circunstâncias; e

II - nome, função, endereço completo, telefone e endereço eletrônico do representante legal da parte interessada junto à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.

§1º. No caso de revisão protocolada em nome do governo do país exportador, a petição deverá ser assinada pelo chefe da representação diplomática do País junto ao Brasil ou, na sua ausência, pelo encarregado de negócios.

§2º. Na hipótese de não haver representação diplomática do País no Brasil, a petição deverá ser assinada pela autoridade máxima do órgão do governo estrangeiro responsável pela petição.

Comentários:

REPRESENTAÇÃO POR PROCURADOR (PARÁGRAFO 3. INCLUSÃO)

No que se refere as petições apresentadas pelo Governo do País Exportador, verifica-se que, em atenção do artigo 237 (parágrafos 1 e 2), o pleito deverá ser

assinado pelo chefe da representação diplomática; o encarregado de negócios; ou a autoridade máxima do órgão de Governo estrangeiro responsável pela petição.

Sugere-se a possibilidade de o pleito ser assinado também por procurador, através da inclusão do parágrafo terceiro nos seguintes termos:

§3º. O pleito poderá ser apresentado também por procurador devidamente constituído pelos representantes citados nos parágrafos 1 e 2.

II.2.3.3 Extinção do Direito Compensatório

Artigo 245

Art. 245. O direito compensatório poderá ser extinto caso seja improvável a continuação ou retomada da existência de subsídio acionável ou de dano.

Comentários:

O artigo 245 trata das possibilidades de extinção do direito compensatório.

O artigo indica a possibilidade de extinção caso seja improvável a continuação ou retomada do subsídio acionável ou do dano.

A fim de abordar também eventual extinção do nexo de causalidade, sugere-se ao artigo a seguinte redação:

Art. 245. O direito compensatório poderá ser extinto caso seja improvável a continuação ou retomada da existência do subsídio acionável ou do dano dele decorrente.

Artigo 246

Art. 246. A petição com vistas à extinção do direito compensatório, conforme disposto no inciso I do art. 68 do Decreto no 1.751, de 1995, deverá permitir exame objetivo de fatores relevantes que demonstrem ser improvável a continuação ou a retomada da prática de concessão de subsídios acionáveis, tais como:

I - comprovação de extinção dos programas de subsídios investigados na investigação original ou na revisão do direito compensatório mais recente, mediante apresentação de documentação oficial e atos normativos que demonstrem claramente a extinção de cada um dos programas investigados;

II - comprovação de que não houve mera alteração do nome dos programas de subsídios investigados na investigação original ou na revisão do direito compensatório mais recente;

III - comprovação de que os programas de subsídios investigados na investigação original ou na revisão do direito compensatório mais recente não foram substituídos por outros programas de subsídios com a mesma finalidade dos programas anteriormente investigados, mediante apresentação de documentação oficial que demonstre o conjunto das políticas, programas e planos governamentais existentes, bem como documentação referente ao orçamento público no caso de subsídios com impacto orçamentário;

IV - comprovação de que os programas de subsídios investigados na investigação original ou na revisão do direito compensatório mais recente foram alterados de modo a não constituírem subsídios acionáveis e, portanto, sujeitos à aplicação de medidas compensatórias, mediante apresentação de documentação oficial e atos normativos que demonstrem claramente as alterações relevantes de cada um dos programas investigados; e

V - comprovação, pela autoridade outorgante e responsável pela concessão e pela administração dos programas de subsídios investigados, sobre a adoção de medidas suficientes para neutralizar os benefícios decorrentes dos programas de subsídios sobre as exportações do produto objeto do direito compensatório para o Brasil.

§1º. Para os fins deste artigo, não serão aceitas meras alegações desacompanhadas de elementos de prova.

§2º. Para fornecimento das informações solicitadas nesta Subseção deverá ser utilizada, de forma complementar, a tabela constante no Apêndice III desta Portaria.

Comentários:

EXTINÇÃO DOS DIREITOS COMPENSATÓRIOS POR AUSÊNCIA DE SUBSÍDIO

O artigo 246 trata dos requisitos para a solicitação de uma revisão por alterações de circunstâncias para a extinção do direito compensatório em razão da inexistência de programas ativos/benefícios.

Inicialmente, verifica-se que, para as demais partes interessadas, foi garantido um tratamento menos vantajoso do que o garantido à indústria doméstica.

Isso porque, as petições de interesse da indústria doméstica⁸ tem sempre como requisito a apresentação de indícios sobre suas alegações, ainda que tais indícios tenham que estar fundamentados em relevantes elementos de prova.

Todavia, ao tratar da revisão por alteração das circunstâncias, a normativa abandona o termo indícios e solicita sejam apresentadas comprovações.

É importante destacar, ainda, os Incisos I a III que apresentam determinações que podem ser impossíveis de serem cumpridas. Veja:

I - Comprovação de extinção dos programas de subsídios investigados na investigação original ou na revisão do direito compensatório mais recente, mediante apresentação de documentação oficial e atos normativos que demonstrem claramente a extinção de cada um dos programas investigados.

Sobre o inciso I, é importante destacar que um programa pode ser encerrado sem que exista documentação oficial e atos normativos que demonstrem claramente sua extinção.

⁸ Como abertura da investigação original ou da revisão de final de período, por exemplo.

Dessa forma, parece razoável que relevantes indícios sobre a extinção dos programas sejam considerados suficientes para a fundamentação do pleito de abertura da revisão, ainda que não exista, no momento da abertura, a comprovação efetiva.

Ademais, em casos específicos, como o de imposição da melhor informação disponível, pode não ser factível apresentar comprovações quanto ao suposto programa⁹, aumentando a necessidade de os indícios razoáveis serem aceitos pela SDCOM.

II - Comprovação de que não houve mera alteração do nome dos programas de subsídios investigados na investigação original ou na revisão do direito compensatório mais recente

A informação solicitada no inciso II também é de difícil apresentação.

Conforme apresentado, o inciso determina seja comprovado que não houve mera alteração do nome dos programas de subsídios.

Trata-se, portanto de prova de fato negativo. A comprovação de um fato negativo é conhecida como prova diabólica¹⁰ por ser impossível ou excessivamente difícil de ser produzida.

Sugere-se, dessa forma, que a Autoridade Brasileira exclua o referido inciso II ou que, ao menos, o requisito para o pleito não seja a comprovação de que não houve alteração do nome, mas a apresentação de relevantes indícios sobre tema, até mesmo para garantir o tratamento isonômico entre a indústria doméstica e as demais partes interessadas.

⁹ Que, inclusive, pode não existir de fato.

¹⁰ Inicialmente, cumpre destacar que a prova diabólica (*Probatio Diabolica* ou *Devil's Proof*) é aquela modalidade de prova impossível ou excessivamente difícil de ser produzida como, por exemplo, a prova de um fato negativo. Sendo assim, é importante salientar que prova diabólica é uma expressão utilizada nas hipóteses em que a prova da veracidade da alegação a respeito de um fato é extremamente difícil de ser produzida. Ou seja, nenhum meio de prova possível é capaz de permitir tal demonstração. Dessa maneira, a prova diabólica, muitas vezes, ocorre nos casos em que se tem que provar algo que não ocorreu, constituindo-se em uma autêntica prova negativa. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/21525/breves-consideracoes-sobre-a-prova-diabolica-probatio-diabolica-ou-devil-s-proof>

III - comprovação de que os programas de subsídios investigados na investigação original ou na revisão do direito compensatório mais recente não foram substituídos por outros programas de subsídios com a mesma finalidade dos programas anteriormente investigados, mediante apresentação de documentação oficial que demonstre o conjunto das políticas, programas e planos governamentais existentes, bem como documentação referente ao orçamento público no caso de subsídios com impacto orçamentário

O inciso III também requer a comprovação de fato negativo.

Ademais, a solicitação de apresentar documentação oficial que demonstre o conjunto das políticas, programas e planos governamentais existentes, bem como documentação referente ao orçamento público no caso de subsídios com impacto orçamentário traz excessiva dificuldade à parte interessada, além de configurar *fishing expedition*, por solicitar informações muito mais abrangentes que as necessárias para investigar os programas incluídos no escopo da investigação.

Também neste caso, solicita-se que a SDCOM modifique a norma para excluir o referido inciso ou, ao menos, determinar que deverão ser apresentados indícios relevantes e não a comprovação efetiva de que os programas não foram substituídos por outros.

Artigo 247

Art. 247. A petição com vistas à extinção do direito compensatório, conforme disposto no inciso II do art. 68 do Decreto no 1.751, de 1995, deverá permitir exame objetivo de fatores relevantes que demonstrem ser improvável a continuação ou a retomada do dano, incluindo:

- I - a situação da indústria doméstica durante a vigência do direito definitivo;
- II - o volume das importações do produto objeto do direito durante sua vigência e a provável tendência de comportamento dessas importações, em

termos absolutos e relativos à produção ou ao consumo do produto similar no mercado interno brasileiro;

III - o preço provável das importações do produto objeto do direito e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro;

IV - o impacto provável das importações do produto objeto do direito sobre a indústria doméstica, avaliado com base em todos os fatores e índices econômicos pertinentes definidos no art. 21 do Decreto no 1.751, de 1995, em especial os dispostos nos §§ 5o e 13;

V - alterações nas condições de mercado no país exportador, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo alterações na oferta e na demanda do produto similar, em razão, por exemplo, da imposição de medidas de defesa comercial por outros países; e

VI - o efeito provável de outros fatores que não as importações do produto objeto do direito sobre a indústria doméstica, tais como:

- a) volume e preço de importações não sujeitas ao direito compensatório;
- b) impacto de eventuais processos de liberalização das importações sobre os preços domésticos;
- c) contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo;
- d) práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e a concorrência entre eles;
- e) progresso tecnológico;
- f) desempenho exportador;
- g) produtividade da indústria doméstica;
- h) consumo cativo; e
- i) importações ou revenda do produto importado pela indústria doméstica.

§1º. Não serão aceitas meras alegações desacompanhadas de elementos de prova.

§2º. Para fins deste artigo, na hipótese de haver exportações do produto objeto do direito compensatório para o Brasil, peticionário deverá preencher a tabela constante no Apêndice IV desta Portaria.

Comentários:

EXTINÇÃO DOS DIREITOS COMPENSATÓRIOS POR AUSÊNCIA DE DANO

O Artigo 247 apresenta as informações necessárias a serem apresentadas na Petição com vistas à extinção do direito compensatório, caso seja improvável a continuação ou a retomada do dano.

Ocorre, todavia, tratar-se de extenso rol de informações e documentos, na maior parte das vezes confidenciais e relativos à indústria doméstica brasileira.

Nesse sentido, apresentar os dados da Indústria Doméstica na Petição parece um requisito muito grande para o Governo do país exportador ou os produtores/exportadores.

Assim, sugere-se que a SDCOM reavalie os requisitos necessários à apresentação do pleito a fim de que as empresas estrangeiras possam utilizar o instrumento.

Nesse sentido, sugere-se que, ao menos, a petição possa ser instruída com indícios de fontes secundárias.

II.2.3.4. Alteração do Direito Compensatório

Artigo 248

Art. 248. O direito compensatório poderá ser alterado caso tenha deixado de ser suficiente ou tenha se tornado excessivo para neutralizar os efeitos do subsídio acionável, ou caso tenha se tornado insuficiente para neutralizar o dano à indústria doméstica causado pelas importações do produto objeto do direito.

Parágrafo único. Caso exista direito antidumping em vigor para o mesmo produto e origem sujeita ao direito compensatório objeto da revisão de alteração de circunstâncias, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse

Público observará a vedação à aplicação de duplo remédio, conforme disposto no §3º do art. 123.

Comentários:

O Artigo 248 apresenta as possibilidades de alteração do Direito compensatório incluindo os casos em que o direito tenha: (i) deixado de ser suficiente para neutralizar os efeitos do subsídio; (ii) tenha se tornado excessivo para neutralizar os efeitos do subsídio acionável; ou (iii) tenha se tornado insuficiente para neutralizar o dano à indústria doméstica.

Sugere-se a inclusão da possibilidade de alteração do direito caso este tenha se tornado excessivo para neutralizar o dano à indústria doméstica.

II.2.3.5 Probabilidade de Retomada de Concessão de Benefícios

Artigo 252

Art. 252. A petição de revisão do direito por alteração das circunstâncias que vise à extinção ou à redução do montante do direito compensatório deverá conter elementos que possibilitem à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público examinar objetivamente a probabilidade de retomada da concessão de subsídios, incluindo:

- I - políticas de desenvolvimento (gerais e regionais), políticas industriais, políticas setoriais, políticas de inovação e de fomento ao desenvolvimento tecnológico e políticas de comércio exterior;
- II - planos de desenvolvimento nacional ou regional;
- III - orçamento público, com destaque para os subsídios concedidos às empresas;
- IV - a aplicação ou a extinção de medidas compensatórias sobre o produto similar por outros países durante o período de revisão; e
- V - quaisquer outros documentos ou instrumentos relevantes.

Comentários:

Da análise do Artigo 252, verifica-se que a SDCOM tem por objetivo realizar uma análise prospectiva sobre a possibilidade de retomada de concessão de subsídios.

A CCOIC contesta, inicialmente, a possibilidade de análise de Retomada do Concessão de Subsídios sobre programas já encerrados pelo Governo do país investigado.

Parece mais razoável que a possibilidade de Retomada de Concessão de Subsídios abranja especificamente as empresas que deixaram de usufruir de determinado programa, mas que possam voltar a fazê-lo caso a medida seja extinta.

Todavia, da análise dos documentos solicitados no presente artigo, parece que a SDCOM pretende realizar determinar a probabilidade de o Governo do país estrangeiro estabelecer novo subsídio para as empresas.

Esta análise prévia e prospectiva pode determinar a manutenção do direito compensatório mesmo sem qualquer programa em vigor, o que vai de encontro à normativa multilateral e ao Regulamento Brasileiro.

Artigo 281

Art. 281. Caso o peticionário julgue ser provável a retomada da concessão de subsídios, deverão ser apresentados elementos suficientes que justifiquem o início da revisão, incluindo informações sobre:

- I - políticas de desenvolvimento (gerais e regionais), políticas industriais, políticas setoriais, políticas de inovação e de fomento ao desenvolvimento tecnológico e políticas de comércio exterior;
- II - planos de desenvolvimento nacional ou regional;
- III - orçamento público, com destaque para os subsídios concedidos às empresas; e
- IV - quaisquer outros documentos ou instrumentos relevantes.

Comentários:

Assim como apresentado no item anterior, parece que os dados solicitados tendem a fundamentar uma análise prospectiva sobre a possibilidade de criação de novo programa de subsídios pelo Governo do país exportador, o que parece fora do escopo da revisão, especialmente se o programa em questão já tiver sido encerrado.

Artigo 282

Art. 282. Serão aceitas como fontes de informação sobre indícios de probabilidade de continuação ou retomada da concessão de subsídios para fins de instrução de petições de revisão de final de período, dentre outros:

- I - demonstrações financeiras e relatórios emitidos por empresas;
- II - legislações e regulamentos estrangeiros, planos governamentais e orçamentos públicos, políticas e programas governamentais, de nível nacional ou subnacional;
- III - relatórios e estudos vinculados a organismos internacionais; e
- IV - publicações especializadas, literatura acadêmica e notícias publicadas na mídia.

§1º. As determinações e conclusões de autoridades investigadoras estrangeiras no âmbito de investigações de subsídios acionáveis e os respectivos cálculos referentes à apuração do montante de subsídios poderão ser utilizados como fonte de informação para instrução de petições nos termos desta Seção.

§2º. Todas as fontes de informação referidas na petição deverão ser anexadas aos autos do processo.

§3º. No caso de uso de ato normativo como fonte de informação, faz-se necessário apontar, tão detalhadamente quanto possível, quais dispositivos são pertinentes para comprovar os indícios de existência de subsídios.

§4º. Para as demais fontes utilizadas na petição como indícios de existência de subsídios que não os atos normativos, devem ser apontados, tão detalhadamente quanto possível, os itens relevantes de cada documento, de

modo a possibilitar à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público a análise da evidência apresentada.

Comentários:

Especificamente no que se refere ao artigo 282, reitera-se o questionamento quanto à análise prospectiva sobre a concessão de novos subsídios, o que estaria fora do escopo da revisão.

Reitera-se, ainda, a utilização das determinações das autoridades estrangeiras, que deve ser utilizada de maneira cautelosa, especialmente quando fundamentadas na melhor informação disponível.

Por fim, sugere-se que, no parágrafo 4º, seja determinado que todas provas sejam apontadas tão detalhadamente quanto possível, a fim de garantir o contraditório e a ampla defesa.

II.2.4 CAPÍTULO V. DAS PETIÇÕES DE REVISÃO DE FINAL DE PERÍODO

II.2.4.1. Recálculo da Margem na Revisão de Final de Período

Artigos 254 e 260

Art. 254. A petição de revisão de final de período deverá conter indícios de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada da concessão de subsídios e do dano dela decorrente.

Parágrafo único. Caso o peticionário da revisão de final de período pleiteie a alteração do direito compensatório, deverá ser protocolada, simultaneamente, petição de revisão do direito por alteração das circunstâncias, em conformidade com o estabelecido na Subseção II da Seção IV do Capítulo IV desta Portaria, com vistas à alteração do montante do direito compensatório em vigor nos termos do Artigo 21.2 do Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias.

Art. 260. Uma vez iniciada a revisão de final de período, outras partes interessadas no processo de revisão de final de período poderão protocolar petição de início de revisão do direito por alteração de circunstâncias, com vistas à alteração do montante do direito compensatório em vigor nos termos do Artigo 21.2 do Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias.

§1º. A petição referida no caput deverá observar o disposto no Capítulo IV desta Portaria, em especial os artigos constantes na Subseção II da Seção IV de referido Capítulo.

§2º. A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá conduzir os processos de revisão de final de período e de alteração de circunstâncias de forma simultânea ou combinada.

§3º. Para que os processos sejam conduzidos de forma simultânea ou combinada, outras partes interessadas deverão apresentar a petição de início da revisão do direito por alteração de circunstâncias no prazo de até 90 dias do início da revisão de final de período, salvo se o peticionário da revisão de final de período já tenha solicitado o início da revisão de alteração de circunstâncias, conforme previsto no parágrafo único do art. 254

§4º. As revisões de alteração de circunstâncias deverão ser solicitadas por meio de petição escrita, devidamente fundamentada com base em indícios, conforme o disposto no Capítulo IV desta Portaria.

§5º. Somente por meio de revisões de alteração das circunstâncias, o direito aplicado poderá ser alterado, nos termos § 5o do art. 68 do Decreto no 1.751, de 1995.

§6º. Caso não seja conduzida revisão por alteração das circunstâncias de forma simultânea ou combinada, como resultado de uma revisão de final de período, o direito compensatório poderá ser extinto ou mantido.

§7º. A petição de revisão por alteração das circunstâncias apresentada por parte interessada na revisão de final de período deverá ser protocolada no âmbito do próprio processo administrativo referente à revisão de final de período.

Comentários:

DA SOLICITAÇÃO DE REVISÃO POR ALTERAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIAS NO
ÂMBITO DA REVISÃO DE FINAL DE PERÍODO

Inicialmente, reconhece-se que o Regulamento Brasileiro, em seus artigos 67 e 68, determina que, em uma revisão de final de período, o direito poderá ser prorrogado ou extinto, enquanto na revisão por alteração de circunstâncias poderá o direito ser também alterado.

Assim, a norma ora sob consulta trouxe a possibilidade de as revisões serem realizadas concomitantemente, iniciativa salutar para garantir a melhor análise sobre a necessidade da medida.

Todavia, o pleito em questão é complexo e representa um grande fardo às partes interessadas, principalmente quando já em curso uma revisão de final de período e em um prazo exíguo de 90 dias, como determinado pelo artigo 260 (parágrafo 3).

Nesse sentido, sugere-se que este R. SDCOM apresente versão simplificada do pleito, especificamente quando realizado, pelo Governo do país exportador ou diretamente por Exportadores, no âmbito de uma revisão de final de período.

Assim, a participação das partes interessadas seria facilitada, aumentando a participação dos exportadores e a qualidade das informações que fundamentarão a decisão, garantindo também a melhor oportunidade de ampla defesa às partes interessadas.

EVENTUAL ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO BRASILEIRO¹¹

Especificamente no que se refere ao Regulamento Brasileiro, sugere-se sua alteração para permitir a eventual alteração dos direitos também durante as revisões de final de período.

Sobre o assunto, faz-se um paralelo com a prática da SDCOM nas investigações antidumping.

Embora o Acordo Antidumping (ADA) e os regulamentos brasileiros não determinem um recálculo obrigatório da margem de dumping na revisão de final de período, essa tem sido a prática consistente da SDCOM.

O próprio Regulamento Antidumping Brasileiro¹² dispõe, em seu artigo 107, que se a margem de dumping calculada durante a revisão refletir o comportamento do preço durante o período, o direito antidumping pode permanecer inalterado.

Artigo 107

§2º. Se a margem de dumping calculada para o período de revisão não refletir o comportamento dos produtores ou exportadores durante a totalidade do período de revisão, o direito poderá ser prorrogado sem alteração.

Verifica-se que o processo para a alteração de margem individual é muito mais custoso no processo de compensatórias que no processo antidumping.

Sugere-se, dessa forma, que, na medida do possível, a SDCOM utilize, no processo de compensatórias, o mesmo critério atualmente utilizado nas investigações antidumping, garantindo assim a possibilidade de alteração do direito quando da revisão de final de período, ainda que não seja uma obrigação fazê-lo.

¹¹ Decreto 1.751/1995

¹² Decreto nº 8.058 de 2013

II.2.4.2. Da Contribuição Financeira e do Benefício

Artigo 283

Art. 283. A petição deverá conter indícios sobre a continuidade da concessão de subsídios no país exportador por meio da identificação de programas de subsídios, considerando como programa de subsídio cada uma das ações, políticas, práticas ou intervenções governamentais, de nível nacional ou subnacional, individualmente identificáveis que preencham os requisitos do art. 127 desta Portaria.

§1º. A petição poderá abranger programas de subsídio já investigados no procedimento de investigação original ou em revisões anteriores ou novos programas de subsídio não investigados anteriormente.

§2º. Caso um programa de subsídio investigado anteriormente tenha sido temporariamente paralisado/descontinuado/encerrado ou os produtores/exportadores tenham deixado de ser elegíveis ou de se beneficiar desse programa, mas o peticionário julgue ser provável a retomada da operação do programa ou do beneficiamento dos produtores/exportadores do produto objeto do direito compensatório, a petição deverá incluir indícios suficientes que justifiquem o início da revisão de final de período.

Comentários:

DA INCLUSÃO DE NOVOS PROGRAMAS NO ESCOPO DA REVISÃO

O artigo 283 prevê as informações que devem ser apresentadas pela Indústria Doméstica quando do pedido de revisão de final de período.

O parágrafo primeiro, especificamente, dispõe que a petição poderá abranger programas de subsídio já investigados no procedimento de investigação original ou em revisões anteriores ou novos programas de subsídio não investigados anteriormente.

Todavia, parece que tal determinação vai de encontro ao Regulamento Brasileiro que determina, nos artigos 66 a 68, que as revisões terão como base o subsídio acionável anteriormente investigado. Veja:

Art. 66. *Direitos compensatórios e compromissos somente permanecerão em vigor enquanto perdurar a necessidade de neutralizar o subsídio acionável causador de dano e serão extintos no máximo com cinco anos, após a sua aplicação ou após a sua conclusão da mais recente revisão, **que tenha abrangido o subsídio acionável e o dano dele decorrente.***

Art. 67. *O prazo de aplicação de que trata o artigo anterior poderá ser prorrogado após revisão, mediante requerimento, devidamente fundamentado, formulado pela indústria doméstica ou em seu nome, por órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, ou por iniciativa SECEX, desde que demonstrado que a extinção dos direitos levaria, provavelmente, à **continuação ou à retomada do subsídio acionável e do dano dele decorrente.***

Art. 68. *Proceder-se-á a revisão, no todo ou em parte, das decisões relativas à aplicação de direito compensatório, a pedido de parte ou Governo interessado ou por iniciativa de órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou da SECEX, desde que haja decorrido, no mínimo, um ano da imposição de direitos compensatórios definitivos e que sejam apresentados elementos de prova suficiente de que:*

*I - a aplicação do direito deixou de ser necessária para **neutralizar o subsídio acionável;***

II - seria improvável que o dano subsistisse ou se reproduzisse caso o direito fosse revogado ou alterado; ou

*III - o direito existente não é ou deixou de ser suficiente para **neutralizar o subsídio acionável causador do dano.***

Assim, ao identificar que as revisões devem versar sobre “o subsídio acionável”, o Regulamento Brasileiro limita a revisão aos programas já investigados originalmente, não sendo possível, em sede de revisão, apresentar pleito relativo a programa diverso daqueles identificados na investigação original.

DA RETOMADA DOS SUBSÍDIOS

Já no que diz respeito ao Parágrafo segundo, reitera-se que a possível retomada de subsídios deve ter como análise a possibilidade de a empresa voltar a ser beneficiada por programa existente e não uma análise prospectiva quando a possibilidade de o Governo do país estrangeiro iniciar novo programa de subsídios.

Reitera-se, aqui, os comentários apresentados sobre os artigos 252 e 282 supra.

Assim, sugere-se que o parágrafo segundo do presente artigo seja modificado para a apresentar a seguinte redação:

§2º. Caso os produtores/exportadores tenham deixado de ser elegíveis ou de se beneficiar desse programa, mas o peticionário julgue ser provável a retomada do beneficiamento dos produtores/exportadores do produto objeto do direito compensatório, a petição deverá incluir indícios suficientes que justifiquem o início da revisão de final de período.

Artigo 288

Art. 288. Para cada programa de subsídio identificado nos termos da Subseção I, seja um programa anteriormente investigado ou um novo programa, a petição deverá indicar a existência de evidências para enquadrá-lo em ao menos uma das seguintes hipóteses de especificidade:

Comentários:

Nos mesmos termos apresentados sobre a inclusão de novos programas prevista no artigo 283, sugere-se retirar a expressão “ou um novo programa” do artigo 288. A norma poderá vigorar com a seguinte redação:

Art. 288. Para cada programa de subsídio identificado nos termos da Subseção I, a petição deverá indicar a existência de evidências para enquadrá-lo em ao menos uma das seguintes hipóteses de especificidade:

II.2.5 CAPÍTULO VI. DAS PETIÇÕES DE REVISÃO ACELERADA

II.2.5.1 Revisão Acelerada. Compromisso do Governo

Artigo 335

Art. 335. A petição deverá conter o apoio expresso do governo do país exportador em relação à condução da revisão acelerada com vistas à apuração do montante individual de subsídio pleiteada pelo peticionário.

§1º. A petição deverá conter compromisso expresso do governo de responder questionário e apresentar quaisquer informações solicitadas pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público com vistas a apurar os programas e os montantes de subsídios que beneficiaram o peticionário.

§2º. O governo do país exportador deverá apresentar informações referentes a programas de subsídios concedidos por todos os níveis de governo (central ou nacional, estadual ou provincial, local ou municipal etc.).

§3º. O governo do país exportador deverá indicar previamente sua concordância com a realização de verificações in loco nas premissas do produtor ou exportador e, se necessário, no próprio governo.

§4º. A ausência de apoio expresso do governo do país exportador ao pleito do peticionário ensejará o indeferimento da petição.

Comentários:

INCOMPATIBILIDADE COM O REGULAMENTO BRASILEIRO

O artigo 335 (parágrafo 1) traz novos requisitos à condução da revisão acelerada com vistas à apuração do montante individual de subsídio.

Sobre o assunto, verifica-se que a norma em questão limita, em muito, o acesso à revisão acelerada, criando requisitos que não constam do Regulamento Brasileiro, que trata do tema da seguinte forma:

Art. 69. Quando um produto estiver sujeito a direitos compensatórios, proceder-se-á, caso solicitado, de imediato, revisão sumária com vistas a estabelecer, de forma acelerada, direito compensatório, individual para quaisquer exportadores ou produtores, que não tenham sido de fato investigados, por outras razões que não uma recusa de cooperar com a investigação.

Da análise do dispositivo do Regulamento Brasileiro, verifica-se apenas um requisito, que a parte não tenha sido investigada por razões outras que não uma recusa em cooperar com a investigação,

Assim, não parece razoável que a Portaria ora analisada restrinja o acesso à revisão acelerada para além do Regulamento Brasileiro.

RAZOABILIDADE DOS REQUISITOS

Ainda que seja desconsiderada a restrição para além do Regulamento Brasileiro, verifica-se que os novos requisitos possuem grande rigor e não dependem especificamente da Parte interessada.

Nos termos do artigo 335, a petição será indeferida a menos que conte com o apoio expresso do Governo do país exportador e que o Governo – também

expressamente – comprometa-se a participar a revisão; responder aos questionários; e facultar as verificações *in loco*.

Inicialmente, não parece razoável limitar o acesso das partes interessadas na revisão por ausência de participação de terceiro – o Governo no caso.

A oportunidade de pleitear a revisão deve ser garantida mesmo que o Governo do país exportador decida não cooperar com a investigação, conforme garantido pelo ASCM.

Mesmo porque, durante a investigação original, a participação do Governo do país exportador não é requisito para a concessão de direitos individuais, não sendo razoável incluir tal requisito quando da revisão.

Ainda sobre tal exigência, cumpre apresentar que também os EUA e a União Europeia não requerem o compromisso de participação.

Os EUA requerem uma declaração juramentada de que o requerente da revisão notificou o Governo do país exportador, enquanto outros membros da OMC – como a UE e a China – nem sequer requerem tal declaração juramentada.

Assim, sugere-se que a SDCOM altere esta disposição.

III - CONCLUSÃO

Por meio destas contribuições, a CCOIC espera estreitar o relacionamento com a autoridade brasileira, e, também, colaborar para um bom relacionamento comercial entre a China e o Brasil.

No mais, a CCOIC permanece inteira disposição para apresentar qualquer esclarecimento ou informação adicional que se faça necessária.

Atenciosamente,

Jianlong Yu
Secretário-Geral
China Chamber of International Commerce (CCOIC)

Thiago Santos Canario Barroca
OAB/RJ 142.880
Procurador